

A maldição de Minerva: Lorde Byron e as Esculturas do Partenon^{1*}

Celina F. Lage (PPG Artes/UEMG)
celinalage@gmail.com

Serão apresentadas reflexões sobre o poema de Lorde Byron *A Maldição de Minerva*. Neste poema, escrito em 1811, Byron apresenta um diálogo com a deusa Atena (Minerva), em que ela lança uma maldição sobre Elgin, como uma vingança pelo fato de ele ter destruído o Partenon ao retirar e levar grande parte das suas Esculturas para Londres. As obras de arte foram posteriormente vendidas para o Museu Britânico, onde se encontram em exposição/exílio até os dias de hoje. No ano de 2009, a luta pelo retorno das esculturas à Grécia ganhou um novo e potente argumento, com a inauguração do Museu da Acrópole. Assim, na primeira década do século XXI, o poema de Byron continua ecoando com força a maldição que paira sobre a Grã-Bretanha, frente à esperança de que esta injustiça seja reparada com o retorno das obras à Grécia.

Entre os anos de 1799 a 1803, o escocês Lorde Elgin atuava como embaixador da Grã-Bretanha enviado especial para o Império Otomano, o qual dominava a Grécia por cerca de quatro séculos. Aproveitando-se de sua posição privilegiada como diplomata, especula-se que ele teria conseguido entre os anos de 1802 e 1812 subornar autoridades locais em Atenas (KORKA, 2009) para a retirada de parte das esculturas e elementos arquitetônicos que compunham o Partenon, templo dedicado à deusa Atena, o qual está situado no alto da Acrópole de Atenas, com o objetivo de transportá-los para Londres e integrá-los à sua coleção pessoal.

Korka afirma que é questionável a legalidade da retirada das esculturas do templo de Atena e que inexistente um documento legal que conferisse a ele permissão para a realizar esta operação (KORKA, 2009, p.235). O ato de Elgin foi considerado por muitos como um ato de vandalismo cultural, tanto que o termo 'elginismo' entrou para a língua inglesa, significando justamente ações de vandalismo cultural, e ações de reunião de obras de arte de outros países nas capitais dos países colonizadores, como fez Elgin,

¹Pesquisa financiada pelo Programa Institucional de Apoio à Pesquisa da UEMG (PAPq/UEMG) e Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Minas Gerais (FAPEMIG).

sempre com uma conotação negativa. Apesar de não estar listada nos dicionários mais renomados da língua inglesa, a palavra tem sido utilizada por diversos autores. Nota-se que a palavra 'elginisme' entrou também para a língua francesa, significando o tipo de vandalismo que consiste em retirar dos monumentos arquitetônicos as obras de arte que os decoram para transformá-los em objetos de coleção. Em Português, o vocábulo tem o mesmo significado do que o francês.

A retirada de parte das esculturas do Partenon, desde aquela época, se tornou uma questão polêmica, gerando debates fervorosos que se estendem até os dias de hoje. Havia de um lado um grupo de escritores que sustentavam que o estrago causado ao monumento foi superestimado, e que as ações de Elgin tinham como objetivo único preservar as obras, as quais estariam mais seguras no Museu Britânico, onde poderiam ser vistas por um número maior de pessoas do que em Atenas. Adrados afirma que os europeus em geral, frente ao saque de antiguidades, argumentavam que estavam “resgatando a beleza antiga das mãos dos bárbaros, para que uma nova humanidade pudesse desfrutá-las e imitá-las” (ADRADOS, 2003, p.202). Já de outro lado, havia um grupo condenava os atos de Elgin, classificando-os com os piores adjetivos. Segundo Jezernik,

O feito de lorde Elgin foi increpado por muitos de "pilhagem" (...); alguns lhe apuseram as alcunhas sarcásticas de "traficante de pedras", "negociante de mármore" e mesmo "ladrão de mármore" ou "o último, o pior espoliador" dos templos gregos (...). (JEZERNIK, 2003, p.148).

Como uma clara condenação a estes atos, o poeta inglês Lorde Byron escreveu em 1811, quando tinha apenas 23 anos, o poema *A Maldição de Minerva*, onde é apresentado um diálogo entre o eu lírico e a deusa Atena (correspondente da deusa latina Minerva), no qual ela lança uma maldição devido à profanação de seu templo. O poema apresenta uma crítica voraz, se constituindo como uma peça de ativismo literário, que denuncia o crime cometido por Elgin, apresentando acusações contra ele e detratando explicitamente a sua memória. O poema tem 312 versos e foi editado em apenas oito exemplares, sendo considerada a edição mais rara feita pelo próprio poeta, o qual foi pouco traduzido e continua relativamente desconhecido da maior parte do público até os dias de hoje.

A maldição de Minerva

Os primeiros versos do poema apresentam o eu-lírico sozinho no alto da Acrópole, apreciando o pôr-do-sol e a paisagem da ática. Horas depois, perambulando entre as ruínas do Partenon, o poeta indignado reflete sobre a destruição de toda a beleza dos monumentos e constata o fato de que os fragmentos sobreviventes guardam ainda a memória da raça grega e de tempos gloriosos. Em um determinado momento, ele se exaspera, dizendo que os deuses haviam desaparecido, e se lamenta, invocando a deusa Atena. De repente, para seu espanto, eis que surge a deusa ela mesma à sua frente. O poeta apresenta a deusa vestindo suas armas, o que vai de encontro às representações imagéticas tradicionais da deusa guerreira, com a diferença que sua armadura está amassada e sua lança está quebrada, o que configura uma imagem inusitada e decadente da deusa.

É interessante notar como o poeta apresenta a imagem da divindade, observando o quanto sua forma está alterada e difere em muito da imagem imponente forjada pelo escultor Fídias. A sua figura não é mais capaz de aterrorizar, em sua égide tradicional faltam as górgonas e o ramo de oliveira que carrega está murcho, fazendo com a que a deusa parecesse completamente inofensiva. Com seus olhos azuis embotados de lágrimas, a deusa lhe dirige a palavra condenando os britões pelo saque que realizaram em seu templo. A deusa afirma que o forasteiro Elgin cometera um saque muito pior do que o sofrido durante inúmeras guerras e incêndios, e também durante o domínio dos turcos e dos godos, clamando para que a notícia do ocorrido se espalhe pelo mundo.

Na sequência do poema, Atena discorre sobre a fama de Elgin. Ela diz: “que seja [colocado] em baixo o seu nome, e acima o registro de suas obras.” fazendo uma alusão ao tipo duplo de fama que deseja que Elgin tenha: por um lado uma fama que acompanharia o seu nome, rebaixando-o moralmente, a qual Webb qualifica como “fama negativa” (WEBB, 2002, p.63); por outro lado, uma fama que acompanharia e enalteceria as obras que divulgassem os seus crimes, como por exemplo, as obras literárias que os condenam. Webb sublinha que a sátira é agente de forças superiores, e que Elgin criou o seu próprio destino, o qual é uma consequência direta de suas ações (WEBB, 2002, p.62).

O poema prossegue com uma maldição cheia de ódio lançada sobre ele e sua família, que o seguirá para além da sua morte. A deusa não está só em sua vingança, pois ela conta com a justiça divina e com a colaboração de outros deuses para punir este

crime. Ela exclama que Elgin teve ganhos, mas suas perdas são bem maiores, referindo-se aos problemas que a deusa do amor Vênus (Afrodite) causou em sua vida, iniciando assim a vingança de Atena. A vingança de Vênus trata-se, neste caso, do término do seu casamento com sua primeira esposa, por causa de um adultério escandaloso.

O fato é que Elgin enfrentou muitas intempestividades, entre elas o naufrágio de um dos navios que transportavam as obras. O navio afundou em 1802 durante uma tempestade na entrada do porto de Avlaimona, na ilha de Cítera. As obras foram recuperadas por Elgin, mas contudo existe ainda hoje a esperança de se encontrar mais peças que porventura estejam ainda no fundo do mar, e por este motivo explorações marítimas continuam sendo levadas à cabo pelo governo Grego a uma profundidade de cerca de 50 metros.

Outro episódio infeliz na vida de Elgin foi sua captura pelo exército de Napoleão Bonaparte em 1803, na retomada da guerra contra a Inglaterra. Napoleão quebrou o tratado de paz e deu ordens para que fossem detidos todos os ingleses entre 18 e 60 anos que estavam na França, entre eles Elgin. Ele ficou preso em Paris por três meses, foi liberto e se dirigiu para os montes Pireneus, onde ele foi preso novamente, sendo obrigado a permanecer em condições humilhantes por três anos até 1814.

De volta à Grã-Bretanha, ele se viu arruinado financeiramente. Elgin havia investido a maior parte de sua fortuna para conseguir alcançar seus objetivos pessoais. Estima-se que ele teve altos gastos para manter sua equipe trabalhando em Atenas sob forte pressão e também para agradar as autoridades locais com presentes (KORKA, 2009, p.234). Por este motivo, ele se viu obrigado a vender a sua coleção para o Museu Britânico em 1916, por um valor bem menor do que ele havia investido. Todos estes infortúnios foram considerados por muitos como resultado da maldição de Atena.

Webb sugere que os atos praticados por Elgin representam a forma como a insensibilidade dos Britões causou efeitos destrutivos para o próprio império. Segundo ele, “o sacrilégio de Elgin, que envolveu a profanação de um templo e de um local carregados de um significado sagrado para os gregos patriotas é um doloroso exemplo vivo da insensibilidade que pode provar ser destrutiva para o império Britânico ele mesmo” (WEBB, 2002 p.63).

Poderíamos afirmar, assim, que a coleção do Museu Britânico seria o símbolo máximo da insensibilidade da política externa da Grã-Bretanha, na medida em que

ostenta obras representativas de vários países e civilizações, expostas no Museu como um trunfo, um troféu pelas suas conquistas colonizadoras e pela rede de influências que o estado exercia no passado. O Museu Britânico alega que sua coleção possui um caráter eminentemente didático e que estaria inserido no contexto de um “Museu Universal”, conceito este que vem sendo defendido por alguns poucos museus que ainda ostentam este tipo de coleções, em uma tentativa de justificar a sua permanência e adiar o repatriamento das obras que possuem.

Se levarmos em conta a crença popular de que um objeto sagrado possui um poder sobrenatural (VERNANT, 2009, p.28), e que quando o mesmo é violado e roubado, carrega consigo uma maldição que afeta negativamente aquele que o possui, poderíamos especular que tanto o Museu Britânico, quanto a Inglaterra teriam herdado a maldição de Atena. Se fôssemos supersticiosos, poderíamos até mesmo argumentar que a decadência do império britânico e a crise econômica por que a Inglaterra passa atualmente, o que afeta também o Museu Britânico, seriam uma consequência direta da maldição de Atena (e da maldição somada de tantos outros deuses cujos templos e monumentos foram violados, cujos resquícios se encontram nos acervos do museu). Ainda segundo a crença popular, apenas com a restituição dos objetos sagrados aos seus locais originais a maldição poderia cessar, a justiça seria feita, ou seja, a reunificação das Esculturas do Partenon poderia abrir caminhos de recuperação financeira e moral para a Inglaterra do séc. XXI.

A atualidade da questão da reunificação das Esculturas do Partenon

Desde que a Grécia conquistou sua independência no início do séc. XIX, ela clama para que as obras sejam devolvidas ao seu país de origem. No ano de 2009, a luta pelo retorno das esculturas à Grécia ganhou um novo e potente argumento, com a inauguração do Museu da Acrópole. Com sua inauguração, caiu por terra o argumento de que as esculturas estariam mais bem preservadas no Museu Britânico do que em Atenas. O novo Museu foi construído com o intuito de abrigar e reunir todos os mármores, se estabelecendo como um dos melhores museus do mundo. O fato é que, até os dias de hoje, as Esculturas do Partenon estão divididas, cindidas entre vários museus, sendo que da totalidade das esculturas sobreviventes, cerca da metade delas encontra-se no Museu Britânico, enquanto que a outra metade encontra-se no novo Museu da

Acrópolis em Atenas e uma pequena porcentagem em outros museus.

Chama atenção o fato de que o Museu Britânico comprou estas obras em 1816, ciente de que não existia nenhum documento que comprovasse a origem lícita destas aquisições por parte de Elgin. O único documento que acompanhava as obras era uma tradução para o italiano de uma suposta permissão do sultão para desenhar, tirar moldes e pegar algumas pedras com inscrições e figuras, documento no qual não constava nenhum tipo de assinatura. O Parlamento Britânico instituiu um comitê em 1816 para examinar o caso e aconselhar sobre a compra das esculturas de Elgin, reunindo e analisando toda a documentação existente. Por fim, o comitê argumentou a favor da compra, caracterizando-a como um “asilo honorável” a ser oferecido a estes monumentos por um país livre.

É interessante sublinharmos que a compra das esculturas pelo Museu Britânico foi considerada pela própria comissão parlamentar como um “asilo”, em reconhecimento ao seu alto valor artístico e cultural. Se considerarmos o cenário mundial desta época, e levando em consideração que a Grécia estava dominada pelos Otomanos, perceberemos claramente o contexto desta aquisição, que foi caracterizada pelo comitê como uma forma de proteger o monumento da degradação e da destruição. O comitê já reconhecia também o fato de que as obras têm um valor em conjunto e que não devem ser separadas. Neste sentido há que se reconhecer que o Museu Britânico foi responsável por manter o conjunto da obra reunida, evitando a sua dispersão que poderia ter ocorrido se elas tivessem sido vendidas em separado por Elgin a outros colecionadores. Tendo em vista os termos desta aquisição e frente às mudanças que se passaram na situação geopolítica mundial desde então, é preciso sublinhar que a Grécia atual é um país livre, fato este que por si só já seria suficiente para o fim desta exposição/asilo no Museu Britânico, que em 2016 completa duzentos anos.

Vale a pena citar que tanto a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) quanto o Parlamento Europeu já votaram resoluções a favor da reunificação das Esculturas e, mesmo assim, o Museu Britânico continua se negando a colaborar com o governo da Grécia. Recentemente, no ano de 2015, o Museu Britânico negou um convite de mediação feito pela Grécia através da UNESCO para resolução da questão, e concomitantemente tem realizado atos que ofendem a Grécia profundamente: primeiro o empréstimo da escultura do rio Ilissos, que compunha um

dos frontões do Partenon, para a comemoração de aniversário do Museu Hermitage, na Rússia; e posteriormente o deslocamento da mesma estátua para uma exposição comercial de grande porte, do tipo *blockbuster*, dentro do seu próprio prédio.

Desde o ano de 2009 o governo grego tem enfrentado uma grave crise financeira sem precedentes. Desde então, inúmeras foram as vozes que se levantaram para acusar ou para defender o povo grego e seus dirigentes, sendo que se tornou um lugar comum na imprensa internacional nos últimos tempos tematizar os problemas vivenciados pelo país. Mas os problemas de ordem econômica não se encerram em si mesmos. Eles se refletem também nas práticas e nas atitudes frente à arte e à cultura, e tem levantado inclusive vários questionamentos em relação ao futuro do patrimônio arqueológico da Grécia, tendo como seu símbolo máximo o Partenon e as Esculturas do Partenon.

Três artigos publicados na imprensa chamaram minha atenção em especial, por retratar uma mentalidade própria do elginismo que considero não ser condizente com os avanços que alcançamos no campo da preservação e da legislação mundial sobre o patrimônio cultural (LAGE & MORAES, 2016). O primeiro trata-se de uma nota que foi publicada no jornal italiano *Corriere de la Siera* em 2011, contendo dois parágrafos. Resumidamente, ele dizia que durante as negociações sobre a dívida da Grécia, a Finlândia havia proposto que fosse dado o Partenon e algumas ilhas como garantia do pagamento do empréstimo. O jornalista, de uma maneira irônica, perguntava ao fim do texto o que a Finlândia faria com o Partenon - se o venderia ou se o transportaria para Helsinki (LETIZIA, 2011). O governo da Finlândia desmentiu a notícia após a sua publicação.

O segundo artigo foi publicado em julho de 2015 na revista inglesa *Standpoint*, em um momento crucial em que o governo grego se via pressionado e ameaçado abertamente pelos dirigentes da comunidade européia e da zona do Euro. O artigo sustentava que a Inglaterra deveria propor à Grécia o pagamento de sua dívida em troca das esculturas do Partenon. Segundo o artigo, as esculturas que ainda permanecem em Atenas poderiam ser levadas para a Inglaterra e serem substituídas por cópias (GELERNTER, 2015).

Um terceiro artigo, no mesmo espírito, publicado na versão européia do jornal *Politico*, publicado em Bruxelas, sugere que a Inglaterra quite uma das parcelas da dívida da Grécia para com o Fundo internacional Monetário (FMI) de 1,6 bilhões, como

um gesto de solidariedade, amizade e compaixão, e que em troca a Grécia pare de pedir a devolução dos mármore. Ao final o autor do artigo argumenta que quando os gregos se recuperarem financeiramente, eles poderão viajar para ver seu patrimônio exposto no Museu Britânico, e que o museu poderia até mesmo providenciar um horário especial de visitação para eles (FOREMAN, 2015).

Fica claro que o elginismo e o espírito do colonialismo ecoam ainda nestas vozes isoladas, que de um modo ou de outro vislumbram a repetição de um mesmo ato, ato este que privou um povo de seu patrimônio, de sua história; que mutilou o Partenon e destruiu a paisagem cultural da cidade de Atenas; que afrontou a sensibilidade de toda a humanidade, fatiando e desmembrando um símbolo máximo dos ideais gregos, como a liberdade, a justiça e a democracia, que transformaram a história da nossa civilização.

É lamentável perceber que no séc. XXI ainda há instituições museais, que continuam adquirindo obras de forma ilegal e mantendo em seus acervos objetos de proveniência ilícita. O modelo de museu que fere os seus próprios códigos de ética, não respeitando os países de onde seus objetos são provenientes, e não aceitando nem mesmo o diálogo quando se vê frente a um pedido de repatriamento, deve ser absolutamente rechaçado. O certo é que os museus ditos “universais”, para que possam continuar a ser respeitados e admirados, não podem mais adiar uma revisão de suas políticas, colocando à frente o princípio da máxima cooperação com os países cujos patrimônios e símbolos nacionais estão expostos em suas galerias.

Neste sentido, devo concordar com a fala de Adrados:

(...) para mim o essencial é que estes mármore [estando no Museu Britânico] estão ferindo a sensibilidade de um grande povo, o povo grego, e a sensibilidade de todos os amantes da Grécia, muitos dos quais são ingleses. E também a de todos nós que vemos nestes mármore um símbolo da Grécia e da cultura humanística em geral.

A Inglaterra deveria devolvê-los: seria não apenas um ato de ética, mas também um grande gesto, um ato de sensibilidade humana e de grandeza. Ela é capaz de fazê-lo e eu estou certo de que cedo ou tarde ela o fará. (ADRADOS, 2003, 213).

Eu gostaria de finalizar estas reflexões citando um curta metragem educativo realizado no ano de 2009 pelo cineasta grego-americano Costa Gravas, intitulado *Parthenon*. O documentário, criado com o intuito de ilustrar diversos momentos da história do Partenon e ao mesmo tempo denunciar a destruição causada por Elgin, foi lançado inicialmente em 2003, no âmbito da Olimpíada Cultural. Neste pequeno filme é

apresentada uma animação, condensando o tempo histórico através de um fio narrativo, que reúne momentos chave no processo de construção, destruição e reconstrução do templo.

São apresentados, desta forma, a rocha da Acrópole de Atenas no ano 3.000 a.C.; a construção do Partenon em 432 a.C.; a ocupação pelos bárbaros hérulos e incêndio entre 330-267 d.C.; a restauração do Partenon pelo imperador Juliano em 360 d.C.; a destruição de parte das esculturas pelos cristãos em 438 d.C.; a transformação do templo em igreja de Santa Sofia em 550 d.C.; a ocupação dos Francos e a transformação em igreja de "Notre-Dame" em 1206 d.C.; a ocupação Otomana, que fez do edifício uma mesquita em 1456 d.C.; o bombardeio da mesquita pelos venezianos em 1687 d.C.; e a remoção de 75 esculturas e relevos pelo Lorde Elgin em 1802 d.C..

O filme termina com um fragmento do poema de Byron *A maldição de Minerva*. O vídeo gerou muita polêmica quando foi escolhido para compor a exposição do novo Museu da Acrópole em 2009 e sofreu até mesmo uma tentativa de censura de algumas cenas, principalmente por parte da igreja ortodoxa e pelo governo grego, que se opôs à forma com que foi representada a destruição das estátuas do Partenon pelos cristãos. O filme, ao citar o poema de Byron, concorda que o ponto culminante da destruição dos monumentos da Acrópole foi a retirada das esculturas pelo embaixador britânico. Ao citar este fragmento do poema, o cineasta reforça e reafirma a contemporaneidade dos versos do poeta, se posicionando a favor do repatriamento das obras.

Assim, nas primeiras décadas do século XXI, o poema de Byron continua ecoando com força a maldição que paira sobre a Grã-Bretanha, frente à esperança de que esta injustiça seja reparada com o retorno das obras à Grécia. O poema foi reconhecido, neste contexto, como uma das primeiras e mais eloquentes vozes a se levantar contra a permanência das Esculturas na Inglaterra e continua ecoando e sendo evocado na campanha internacional para sua reunificação.

Referências Bibliográficas

- ADRADOS, Francisco R. Lord Elgin y el expolio de la Acrópolis. In: ADRADOS & SOMOLINOS Juan R. [ed.]. *El Partenón en los orígenes de Europa*. Madri: CSIC, 2003, pp. 201-214.
- BYRON, Lord. *The Curse of Minerva*. Paris: Galignani, 1820.
- COSTA-GRAVAS. *Parthenon*. Athens: Acropolis Museum, 2009. [vídeo]

FOREMAN, Jonathan. Elgin debt relief. *Politico*, Bruxelas, 10 de julho, 2015. Disponível em: <<http://www.politico.eu/article/elgin-debt-relief/>>. Acesso em: 16/08/2015.

GELERENTER, Joshua. Saving Greece. *Standpoint*, Londres, julho/agosto, 2015. Disponível em <<http://standpointmag.co.uk/counterpoints-july-august-2015-joshua-gelerenter-saving-greece-parthenon>>. Acesso em: 16/08/2015.

JEZERNIK, Bozidar. Sobre Missions Civilizatrices entre bárbaros gregos e vândalos turcos. In: *ILHA*, Florianópolis, v.5, n.2, dezembro de 2003, p. 135-169.

KORKA, Heleni. *The reunification of the Parthenon sculptures in the light of the new international practice regarding the return of cultural property*. (doutorado em História e Arqueologia). Atenas, 2009, National Kapodistrian University of Athens, 420 págs.

KYRIAKIDOU, Dina. Acropolis museum backs down in Costa-Gavras film row. *Reuters*, New York, 4 ago. 2009. Entertainment, p.1. Disponível em: <http://uk.reuters.com/article/2009/08/04/uk-greece-acropolis-idUKTRE5733W020090804>, Acesso em: 16/08/2015.

LAGE, C. F. & MORAES, C. F. O direito à Paisagem Cultural e a causa da reunificação das Esculturas do Partenon. In: Custódio, Maraluce M.. *Paisagem cultural*. Belo Horizonte: Lumen Juris, 2016. [no prelo].

LETIZIA, Marco. Crisi greca: in caso di fallimento la Finlandia vuole il Partenone in garanzì. *Corriere de la Siera*, Milão, 21 de julho, 2011. Disponível em <http://www.corriere.it/economia/11_luglio_21/grecia-finlandia-partenone_a9d0e5ceb39f-11e0-a9a1-2447d845620b.shtml?refresh_ce-cp>. Acesso em: 16/08/2015.

VERNANT, Jean-Pierre. *Mito e religião na Grécia Antiga*. Trad. Joana. A. A. Melo. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

WEBB, Timothy. "Appropriating the Stones: The 'Elgin Marbles' and English National Taste". In: *Claiming the Stones - naming the bones. Cultural Property and the negotiation of national and ethnic identity*. Los Angeles: Getty Research Institute, 2002. pp. 51-96.